

*Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX?**

*Helenice Rodrigues da Silva***

A questão cultural: algumas interrogações

Tema central na produção intelectual, sobretudo americana e européia, a cultura e seus derivados respectivos (o multiculturalismo, as nacionalidades, as identidades, etc.) transformam-se, nestas últimas duas décadas, em objeto de especulação e de análise. Conceito pertinente na abordagem dos fenômenos políticos e históricos atuais, a cultura, entendida como valores, representações, símbolos e patrimônio, assimilados e compartilhados por uma comunidade, encontra-se no centro dos questionamentos das ciências humanas, em geral, e nos debates sobre a comunicação, em particular.¹

Conotando acepções diversas, a noção de cultura, tradicionalmente, aplica-se a realidades específicas. Uma primeira significação, mais clássica, adotada particularmente em um país como a França, veicula a idéia de criação estética. Dentro desta perspectiva, a própria noção do cultural supõe uma

* Artigo recebido em junho de 2003 e aprovado para publicação em março de 2004.

** Professora adjunta da UFPR.

¹ Ver *Hermès – cognition, communication et politique*, Paris, Éd. CNRS, n° 20, 1997, número consagrado a “Toutes les pratiques culturelles se valent-elles?”

Tempo, Rio de Janeiro, n° 17, pp. 173-192

assimilação ao patrimônio, ao saber e ao conhecimento. A cultura seria, pois, o “lugar” onde se manifestam uma estética e um saber. Uma segunda acepção diz respeito à idéia de civilização e sua utilização inscreve-se no contexto cultural de um país, como a Alemanha. Para além do patrimônio, os valores e as representações integram esta concepção, mesclando estética (produção intelectual) e *Deutschtum* (a “germanidade”). Finalmente, de ordem mais antropológica, uma terceira acepção, de natureza anglo-saxônica, refere-se às maneiras de vida, aos saberes quotidianos, às imagens e aos mitos. Buscando desvendar estilos de vida, remete à noção de culturalismo, de comunitarismo, de minorias (grupos étnicos, religiosos, sexuais) e, sobretudo, de identidades (nacionais, locais, sociais, etc.). Ora, segundo Stuart Hall, “a identidade somente se torna uma questão quando [existe] crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.²

Nesta última década, marcada por crises de representações políticas, sobretudo nos países do continente europeu, a cultura – *une valeur sûre* – não tenderia a ser um substituto imediato do político? As reivindicações culturais não seriam uma resposta inevitável às crises de valores e de referências? O apelo ao cultural não corresponderia a uma reação legítima em face do fenômeno, irresistível e irreversível, da globalização? Baseando-se nestas interrogações, a cultura parece traduzir uma resposta iminente ao sentimento de perda de identidade do “homem moderno”. Assim, a nova função atribuída à noção da cultura implica outras abordagens e novos deslocamentos. Ela não pode mais – para responder aos problemas colocados pelas crises atuais – definir-se como um domínio exclusivamente estético, intelectual e antropológico. Sua concepção se expande, vindo a designar, igualmente, saber, escolha de existência, domínio de análise, prática de comunicação e de interação. Com a mudança do paradigma intelectual nos anos 1980/90, a cultura (pensada em termos de um país, como a França) passa a inteirar a idéia de sujeito, de expressão e de relação. A nova história cultural, ou a chamada história das representações, substitui a ambígua história das mentalidades. A história política, anexando a dimensão do cultural, se apropria da noção da “cultura política”. A história cultural interessa-se por outros níveis de análise, a micro-história, por exemplo, se volta para escalas distintas, que implicam: a transmissão, a aquisição, o dito, o pensado, o imaginado e o criado.

² Stuart Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade* (trad.), 4ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2000, p. 9.

A partir destas breves observações, como, então, apreender as modalidades e as utilizações das noções de cultura, de culturalismo e de práticas culturais? Como interpretar, à luz deste terceiro milênio, os conflitos, as reivindicações, os fechamentos, a busca e as crises identitárias e as identidades nacionais? Sem dúvida, o termo identidade foi promovido em um dos conceitos-chave das ciências humanas, nesta última década. E um número considerável de estudos em ciências políticas consagrou-se à questão das identidades comunitárias ou nacionais. Com a crise de valores e de referências que marcou o continente europeu, iniciada após o final do período designado os “Trinta Gloriosos” (1947/75) e acentuada pelo desmoronamento do comunismo, a cultura, na sua dimensão identitária, transforma-se em um “valor-refúgio”. Para além das recessões econômicas, gerando o fenômeno do desemprego, as reivindicações e as crises identitárias se manifestam tanto nos processos de integração (política e cultural) dos países da União Européia, como nos de decomposição de algumas nações ex-comunistas do Leste Europeu. Se o termo identidade designa as reivindicações de minorias étnicas, sexuais e culturais nos Estados Unidos e na França, os conflitos identitários ilustram, por sua vez, os antagonismos das minorias étnicas e religiosas, conduzidos ao seu paroxismo pelas guerras na ex-Iugoslávia e em Ruanda, nesta última década.

Termo ambíguo e polissêmico, a identidade, na sua conotação de “diferença”, contém elementos inclusivos e excludentes. Ao mesmo tempo que integra um indivíduo a um grupo (étnico, religioso, lingüístico), ela o exclui, em razão mesmo de sua suposta “diferença” do resto de uma comunidade nacional. Ora, a reivindicação da identidade exprime um sentimento paradoxal.

Visto que ela possui uma vertente individualista (que se inscreve num vasto movimento da modernidade: respeito dos direitos individuais privados) e uma vertente comunitária, a reivindicação de identidade é sempre a de um grupo, a de uma minoria. Isso resulta num conflito de valores e de direito entre essas duas lógicas.³

A propósito, o tema “comunidade cultural”, por se tratar de uma noção paradoxal, tem sido objeto de intensos debates nos meios intelectuais, sobretudo em países onde as comunidades étnicas se fazem presentes, nos Estados Unidos e na França, por exemplo. As questões colocadas pelos especia-

³ Jean-François Dortier, “Années 90: des idées, des mots”, *Sciences Humaines*, n° 100, Paris, 1999, p. 48.

listas (sociólogos, cientistas políticos, filósofos) procuram, então, elucidar as vias e os impasses deste processo, que visaria tanto à idéia de uma democratização como à de uma exclusão social. Deste modo, como conciliar, numa democracia, a comunidade cultural com a nacional? Como preservar o laço social indispensável a toda unidade política? Como definir, então, a identidade: uma multiplicidade de relações ou uma verdadeira barreira? Em outras palavras, a comunidade cultural constituiria um lugar de formação do laço social e político ou um fator de divisão? Estas questões, entre outras, remetem, sem dúvida, à polêmica que opõe os adeptos do princípio multicultural a seus adversários.

Para os primeiros, o reconhecimento da existência de exclusões de minorias étnicas no seio das democracias ocidentais é a razão do aparecimento do multiculturalismo. A correção destas injustiças pressupõe, conseqüentemente, uma definição dos meios que permitem a coexistência de culturas diferentes dentro de uma sociedade democrática. Na perspectiva dos multiculturalistas, a concepção liberal de cidadania não passaria, portanto, de uma ficção, uma vez que o universalismo, reivindicado por ela, não seria senão um etnocentrismo camuflado. Conseqüentemente, longe de pretender enfraquecer a democracia, o reconhecimento das minorias possibilitaria, ao contrário, reforçar a coesão social. Apesar das diferentes nuances, autores como Charles Taylor, Michael Walzer e Will Kymlicka explicam o multiculturalismo como uma resposta ao “mal-estar da modernidade e às insuficiências do liberalismo”. Segundo estes autores, ao lado da liberdade e da igualdade, outros valores merecem ser detectados dentro de uma comunidade nacional: a autenticidade, por exemplo.⁴

Para os seus adversários, na Europa principalmente, o multiculturalismo, favorecendo uma etnicidade das relações sociais, constitui uma ameaça à unidade dos Estados nacionais. O discurso dominante dos seus defensores permanece o da função “integradora” do Estado. Assimilada a um risco político, toda afirmação de uma diferença cultural (no caso da Córsega, por exemplo) é vista como base de reivindicação de uma possível autonomia política. Necessária, no entanto, à sobrevivência de algumas comunidades políticas em situação minoritária, a reivindicação identitária pode tornar-se uma ameaça, se ela se transforma em programa político, visando exclusões e purificações étnicas. A reflexão sobre os perigos identitários implica, evidentemente, em uma interrogação sobre os nacionalismos.

⁴ Nicolas Journet, “Le multiculturalisme”, *Sciences Humaines*, n° 107, juillet 2000, p. 48.

Embora considerado uma especificidade norte-americana, o multiculturalismo, como concepção política, tem-se expandido em diferentes partes do mundo. Sua influência sobre as políticas estatais vem-se manifestando, seja através de constituições inspiradas neste princípio e adotadas em países como a Austrália, o Canadá, a África do Sul, o Paraguai, etc., seja através da aplicação de políticas culturais.

De fato, nesta última década, as reivindicações culturais no continente europeu exigiram a adoção, por parte de países onde a presença de trabalhadores imigrantes é significativa (Holanda, França, Inglaterra, etc.), de políticas mais adequadas às minorias culturais. Seus efeitos, no entanto, se revelam, muitas vezes, perversos e pouco eficazes. Se a prática da língua e da religião destas comunidades é respeitada, em contrapartida, nem suas condições econômicas nem suas possibilidades de uma melhor integração social são efetivadas.

Uma outra temática, que vem mobilizando a atenção dos especialistas europeus, é a chamada “coabitação cultural”. Aplicada ao contexto europeu, supõe o respeito às identidades e a busca de um modo de relação, permitindo, assim, uma melhor integração entre os países da União Européia, os do Leste Europeu e os periféricos do Mediterrâneo. Vasta ambição, quando se sabe que a própria União é um fator tanto de expansão como de fechamento. Embora se admita a existência de um fundo cultural comum entre os países-membros da União, no seu interior se recenseia um número significativo de línguas e dialetos.

No que concerne ao contexto brasileiro, a questão cultural remete, mais especificamente, às interrogações inerentes aos efeitos da “mundialização”. Conduzindo a uma distorção do espaço e do tempo, o fenômeno da globalização acentua, sem dúvida, o sentimento de perda de identidade. Neste novo mundo “metamorfoseado”, se a globalização engendra novas solidariedades planetárias (ecologia, direitos humanos), reforça simetricamente as necessidades de “reconstruir sua diferença”. Em face do estrangeiro, que se torna um “próximo”, as especificidades locais passam a ser reivindicadas. Inevitavelmente, esta situação de proximidade e de distância gera um divórcio paradoxal, opondo a “mundialização à universalidade”⁵. Entre um mundo sem fronteiras e um mundo sem referências, a busca de identidades se acelera, favorecendo múltiplas solidariedades, portadoras de identidades de substi-

⁵ Zaki Laïdi, “Le vertige de la mondialisation”, *L'Express*, 16/11/95, p. 140.

tuição, em níveis nacional, local e individual. Modificando nossos modos de vida e nossa própria cultura, a globalização, paradoxalmente, provoca uma fragmentação e uma uniformização. Deste sentimento de instabilidade, que conduz o indivíduo a incessantes tomadas de riscos, resultam os “mal-estares” da identidade contemporânea, como bem constata Anthony Giddens.⁶

O espectro das identidades

Iniciado sob o signo do nacionalismo, o final do século XX não estaria vivenciando, no Leste Europeu, uma repetição da síndrome da idéia de nação, equivalente mesmo ao ancestral conceito de guerra? A guerra no Kosovo, precedida pela guerra na Bósnia, não revelaria, em 1999, a relevante dimensão das paixões nacionalistas? Estes acontecimentos não nos remeteriam às devastações ocorridas, há meio século, neste continente, em razão das intolerâncias étnicas?

Da ex-União Soviética à ex-Iugoslávia, o nacionalismo ganhou força em todos aqueles países que professavam, no passado, sua própria ultrapassagem. Sem dúvida, o fim do comunismo liberou as reivindicações nacionais que pareciam estar prescritas, mas que, na verdade, se encontravam apenas anestesiadas.

No entanto, o “despertar do nacionalismo” não constitui um monopólio exclusivo dos antigos países comunistas, fenômeno que se manifesta igualmente, de formas distintas, em diferentes países da Europa ocidental. Da Irlanda do Norte à Córsega, passando pelo País Basco espanhol, sem contar a Áustria e a Bélgica, onde os partidos da extrema direita têm registrado um nítido avanço, os movimentos nacionalistas não cessam de se exprimir e de provocar inquietudes.

Assim, após 50 anos de relativo esquecimento, o mito do Estado-nação retorna obrigatoriamente à atualidade, e a questão das identidades culturais passa a ocupar espaços significativos nos debates políticos e intelectuais europeus.

À sua maneira mais branda [afirma Edgar Morin] a Europa ocidental pretendia (...) ter ultrapassado os egoísmos nacionais, graças a uma construção racional e prudente. As metamorfoses do Tratado de Maastricht mostraram, em

⁶ Anthony Giddens, *As conseqüências da modernidade* (trad.). São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

graus diversos, que o número de pessoas nos (...) países da Comunidade europeia, recusando abandoná-los, não era, de modo algum, insignificante.⁷

Espectro pós-comunista? Este “despertar do nacionalismo” é igualmente revelador de tempos de crises e de imprevisibilidades. Sem dúvida, o nacionalismo e suas variantes (racismos, xenofobias, fundamentalismos) canalizaram, nesta última década, reações e sentimentos distintos. O retorno às origens culturais e as reações centrípetas, por parte das nações, traduzem, inevitavelmente, a perda das certezas na idéia de progresso, ou seja, o sentimento de perda de um futuro prometido à Europa desde o final do século XVIII.⁸

Este refluxo sobre o passado das origens da nação e este retorno às reivindicações culturais dos povos tiveram por consequência, junto às ciências humanas, a revalorização do paradigma das identidades. O culto do passado predis pôs a própria disciplina história a se mobilizar na construção de memórias coletivas e de identidades particulares. “Esse fato, que não é novo, adquiriu uma dimensão inédita no mundo onde se inventam (ou se reinventam) entidades nacionais que encontram na construção de um passado, muitas vezes mítico, uma legitimação à sua existência contemporânea”.⁹

Ora, sabemos que a identidade cultural é uma construção, na maioria das vezes, ideal. “[Ela] é uma reconstrução feita a partir de elementos reais e imaginários, e o edifício tem uma finalidade evidente: [ele] é uma máquina de sobrevivência, que utiliza o passado e o futuro para reconfortar o presente”.¹⁰

A partir de questões vinculadas à idéia de “soberania nacional” e de diversidade cultural, tentaremos compreender o porquê do retorno das chamadas identidades culturais, ou seja, destas reivindicações de pertença a uma comunidade, a uma língua, a uma religião e a uma história comum. Qual seria sua parte de verdade e de ficção?

⁷ Edgar Morin, “Penser la nation”, *Libération*, 4/06/1993. A ratificação do Tratado de Maastricht (1992) visava à criação futura de instâncias europeias supranacionais, ou seja, preconizava uma maior unificação dos Estados-membros (a União Europeia) e a adoção de uma moeda única (o Euro).

⁸ *Ibid.*

⁹ Roger Chartier, “Le statut de l’histoire”, *Esprit*, octobre 1996, p. 134.

¹⁰ Albert Memmi, “Une construction imaginaire”, *Esprit*, janvier 1997, p. 102.

A idéia do Estado-nação e os mitos nacionais europeus

As recentes guerras nos Bálcãs e nas repúblicas russas do sul permitem ilustrar a evolução da idéia de Estado-nação, que, se na sua origem permitiu agrupar entidades pluriétnicas (na Grã-Bretanha, na França e na Espanha, por exemplo), no final do século XX favoreceu a sua desintegração. A partir da queda do comunismo, a idéia de Estado-nação serviu de justificativa para reivindicações de pequenas etnias, que, embora concentradas geograficamente, não dispunham de um território político.

Ainda que a “nação”, no sentido amplo do termo, remonte à antiguidade e à Idade Média, o Estado-nação, como sabemos, é uma criação da Europa moderna, mais exatamente do século XIX, que se prolonga até as primeiras décadas do XX. Inicialmente, ele se limita à Europa ocidental, que inventa espaços novos de civilização, diferentes da *polis* e do império. Sua característica essencial será a integração em um Estado da nação (já consolidada há vários séculos), a partir de um sentimento nacional. “A Europa justapõe grupos lingüísticos, étnicos, históricos, portanto de natureza e origem dessemelhantes, que se consideram nações”, lembra René Rémond.¹¹

Esta fórmula de Estado-nação permite, ao mesmo tempo, garantir as raízes da identidade e consolidar a idéia da modernidade, inscrita no direito dos povos de disporem de si mesmos, aliás, um dos direitos fundamentais da própria democracia. A primazia do fato nacional se fundamenta, então, no sentimento de pertença a uma mesma comunidade histórica.

No entanto, para se integrar, a nação pluriétnica necessita de um mito unificador que una subjetivamente os cidadãos em um espírito comunitário, contribuindo para forjar o sentimento patriótico.

A construção mitológica da nação data, portanto, do século XIX e tem por principais formuladores os chamados “intelectuais”. Ao lado de escritores, lingüistas e historiadores, as elites políticas contribuíram, em grande parte, para o que Hobsbawm chama de “invenção das tradições”. A nação cria, assim, sua própria religião, com ritos, mártires e heróis, e as identidades se constituem através dos caracteres nacionais específicos (hino, bandeira, folclore, lenda, etc.).

Um exemplo atual destes mitos nacionais encontra-se na própria justificativa de guerra, dada pela nação sérvia para a conservação da província de

¹¹ René Rémond (Trad.), *O século XIX – 1815/1914*, São Paulo, Ed. Cultrix, 1997, p. 149.

Kosovo. Em 1989, durante as comemorações dos 600 anos da batalha perdida pelos sérvios (contra os otomanos) nesta província, Milosevic galvaniza o sentimento nacional, anunciando futuras batalhas a serem, desta vez, ganhas. Transformada pela historiografia do século passado em um ato mítico, ou seja, em uma referência original à “eleição divina” da nação sérvia, a batalha perdida de 1389 habitou, durante seis séculos, o imaginário coletivo desta nação. Assim, o Kosovo, berço da Sérvia e terra de antigos monastérios ortodoxos, torna-se, graças à mitologia nacional, uma espécie de nova “Jerusalém sérvia”.

As chamadas identidades nacionais, pressupondo especificidades e diferenças, originaram-se, no entanto, a partir de um mesmo discurso. “Não há nada que seja mais internacional do que a formação das identidades nacionais. O paradoxo é obrigatório, e a irreduzível identidade nacional se tornou pretexto para combates sangrentos. Elas nasceram, portanto, de um mesmo modelo”, afirma Anne-Marie Thiesse¹². Na verdade, como demonstra a autora, as lendas impostas em nome da edificação dos Estados nacionais do século XIX se assemelham umas às outras, constituindo, muitas vezes, plágios grotescos.¹³

Nesta busca do passado e das origens, os mitos nacionais encontraram nas tradições camponesas referências e símbolos para povoar o imaginário nacional. A sacralização da figura do camponês certamente visava estigmatizar o ódio ao pensamento burguês do século XIX, muitas vezes vinculado a um certo cosmopolitismo. Sem dúvida, o ideário camponês traduziu admiravelmente este culto ao passado, que revestiu a própria idéia de nação do século XIX. Noção paradoxal e abstrata, a nação, como força ideológica e construção política, comporta uma dimensão da modernidade, mas também da tradição.

A nação, na sua forma de Estado-nação, representou, em um momento histórico, uma real força de coesão, permitindo aos povos sem Estado construir uma organização política e social.

No momento atual, a tese do enfraquecimento geral dos Estados-nação explica-se, particularmente, em razão das novas formas de organização política e econômica, em escala regional e mundial. Paralelamente, a versão

¹² Anne-Marie Thiesse, *La création des identités nationales*, Paris, Seuil, 1999, p. 33.

¹³ A versão de uma Estônia grandiosa, cantada em versos, não passa de uma cópia da versão inventada da nobreza da Finlândia, por exemplo.

do Estado-nação, isolado e agressivo, como é o caso da ex-Iugoslávia (no exemplo da Sérvia), no final dos anos 1990, não deixa de representar um modelo ultrapassado de História.

Revestidas de um nacionalismo de ressentimento, as pequenas nações do sudeste europeu buscaram, na figura de suas minorias étnicas, seu inimigo interior. Ora, nos Bálcãs, a superposição de línguas, de religiões e de etnias constitui o denominador comum da sua própria história. Eliminando toda possibilidade de coexistência entre nacionalidades distintas, as últimas guerras nos Bálcãs revelaram o perigo de um nacionalismo que, em nome de uma purificação étnica, tentou reduzir o indivíduo à história de seu próprio grupo.

Os direitos humanos: um novo traço da identidade européia?

A guerra do Kosovo modificou o debate sobre o alargamento da União européia aos países do leste do continente, dando início a uma nova visão de integração. Durante este último conflito nos Bálcãs, a clivagem de dois modelos de uma mesma Europa se intensificou: por um lado, a da tradição dos países democráticos, desenvolvidos, defensores dos direitos humanos; por outro, a da herança dos países totalitários, fundada nas práticas de intolerância e de limpeza étnica. Para além dos estereótipos de uma Europa do oeste superior e desenvolvida, tratava-se de buscar pacificar a Europa do sudeste, através de projetos de integração e de desenvolvimento.

Como sabemos, a Europa se edificou, no pós-guerra, em torno da perspectiva de uma maior integração dos países do oeste do continente.

Fenômeno novo na história planetária, essa integração só foi possível por se apoiar em Estados nacionais relativamente desenvolvidos. Ora, a Europa do Sudeste se distingue justamente [da outra Europa] pelo fato de os Estados nacionais que a constituem, e em grande parte as próprias nações, começarem apenas a se construir¹⁴.

Não obstante, europeizar os Bálcãs tornou-se, desde o final da guerra na Bósnia, uma das prioridades dos países da Europa ocidental. O medo de uma “balcanização” desta região, acompanhado pelo espectro de uma forte onda de emigração em direção à Europa do oeste, contribuiu para a elaboração de uma política de integração do sudeste ao resto da Europa. Dentro desta

¹⁴ Marie-Janine Calic, “Européaniser ‘l’autre Europe’”, *Le Monde Diplomatique*, juillet 1999, p. 11.

perspectiva, um “pacto de estabilidade para a Europa do Sudeste” foi assinado (10/06/99), com o objetivo de aproximar progressivamente estes países das estruturas políticas e econômicas européias.¹⁵ Com exceção da atual Iugoslávia, os demais países dos Bálcãs seriam potencialmente candidatos a uma futura integração à União Européia.

Na perspectiva dos responsáveis políticos da União, a construção de uma Europa do futuro passa inevitavelmente pela adesão dos demais países do continente. Uma tal política tem por objetivo reforçar as democracias, ampliar as liberdades políticas e desenvolver as economias desta “outra Europa”. Aliás, foi em nome de valores universais – respeito às minorias, liberdade política – que a Otan e a União Européia justificaram o direito de intervenção no conflito da Iugoslávia. Contra o velho princípio de soberania nacional, a Europa fez triunfar a prerrogativa de ingerência em função da defesa dos direitos humanos.

Durante a guerra do Kosovo, o direito de ingerência mobilizou, sem encontrar grandes resistências, a Europa do oeste e os países-membro da Otan, que se sentiram investidos de uma nova missão. Conseqüentemente, a defesa dos direitos humanos parece ter reforçado, provisoriamente, o sentimento identitário europeu. Sob o efeito de uma pressão exterior, os países europeus, em busca de uma identidade comum, tentam, deste modo, edificar-se, em nome de um princípio ético.

A integração européia determinou uma reestruturação dos limites próprios aos Estados-nação. A unificação européia suprimiu as fronteiras existentes entre os estados-membros no que diz respeito aos domínios das liberdades civis e econômicas.¹⁶

Se a integração econômica é hoje um fato indiscutível, a unificação política, em torno da idéia de uma Europa supranacional, onde a soberania nacional cederia lugar a uma federação européia, continua sendo, ainda, objeto de litígio.

A propósito, as eleições para o Parlamento europeu, em junho de 1999, deixaram claro que, num país como a França, a linha de clivagem política passa,

¹⁵ Trinta e oito Estados e 15 organizações internacionais participaram desta conferência, que tinha por objetivo transformar os Bálcãs, a longo prazo, em um conjunto de Estados mais democráticos.

¹⁶ Stefano Bartolini, “Europe et Etats-nations, quelle ‘division du travail’?”, *Le Monde*, 8/5/1998, p. 15.

a partir de então, não mais entre as categorias esquerda/direita, mas entre os chamados “soberanistas” e os “eurocentristas”.

O enfraquecimento do Estado nacional e as reivindicações culturais

Mais do que qualquer outra região, a Europa ocidental foi vítima, nestas duas últimas décadas, da chamada “crise de consciência histórica”. Em grande parte inerente ao final de um ciclo histórico, “os trinta gloriosos”, assim designados em razão do *boom* econômico de 47/75, esta “crise de sentido”, agravada pelo fenômeno da globalização, gerou particularismos nacionais e fechamentos identitários.

A crise da representação do político intensificou-se, a partir dos anos 1980, em decorrência das rupturas dos laços que uniam, até então, o indivíduo ao Estado. A nova política liberal de mercado, pondo fim ao modelo do Estado do Bem-Estar Social, tende a desregular o funcionamento social, em razão mesmo da dependência do social em relação ao Estado. Os altos índices de desemprego, registrados na Europa ocidental a partir da metade dos anos 1980, as exclusões sociais, conjugadas às incertezas do presente, foram, em grande parte, responsáveis pelas reações centrípetas e pelas reivindicações identitárias.

Ora, na opinião de Claude Lefort, a dinâmica do capitalismo atual está criando, em escala mundial, um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas, como, por exemplo, o nacionalismo populista.

O nacionalismo no Oeste adquire uma forma introvertida, contra o estrangeiro do interior, concebido como invasor, e não contra o do exterior. Uma profunda síndrome de insegurança, ligada principalmente à perda do futuro, à degradação das condições de vida, alimenta a experiência concreta da insegurança de certos bairros e periferias; temores e furores se concentram, então, sobre o imigrado e é designado como inimigo o cosmopolitismo sem raízes.¹⁷

Na França, em particular, a noção de integração dos imigrados encontra-se no centro de debates políticos, de maneira contínua, desde o final do século XIX. Ela remete à questão da identidade nacional e “a representação

¹⁷ Edgar Morin, *op.cit.*, p. 37.

social que subtende os debates é a oposição dentro/fora; nós/eles; franceses/ estrangeiros”.¹⁸ Voltaremos, mais abaixo, a tratar desta questão.

Mas como interpretar, partindo do paradigma da identidade, a crise atual do Estado nacional na Europa ocidental, ou seja, o próprio enfraquecimento do político em detrimento da valorização do cultural? A “Europa das nações” estaria sendo substituída por uma “Europa das regiões”, dentro do contexto de uma Europa em via de uma unificação?

O despertar do “regionalismo” não seria um fenômeno ligado à própria construção européia?

Nesta última década, as reivindicações identitárias, em regiões como Flandres (Bélgica), Córsega e Escócia, parecem traduzir o sentimento inerente ao próprio processo de construção de uma identidade européia. Fundada em uma certa unidade, mas também, e sobretudo, em uma grande diversidade, a Europa busca, através de um projeto de confederação, agrupar as particularidades e, deste modo, criar uma cidadania européia. Neste projeto de conciliação das diversidades culturais e das soberanias nacionais, o regionalismo reaparece em países onde a identidade nacional se forjou a partir de culturas diferenciadas (a Bélgica, por exemplo). O elemento comum que integra, no caso específico deste país, os flamengos e os valões, parece ser o sentimento de pertença não a um Estado nacional, mas a uma entidade supranacional: a Europa.

As instâncias políticas européias tentam, aliás, estimular as diferenças regionais, adotando certas medidas, como, por exemplo, a Carta Européia das Línguas Regionais ou Minoritárias. A preservação destas línguas representa, segundo a carta, “uma contribuição importante para a construção de uma Europa fundada em princípios da democracia e da diversidade cultural, dentro de um contexto da soberania nacional e da integridade territorial”.¹⁹

Em suma, a Europa, em fase de construção de uma maior identidade, será, certamente, o produto da renúncia voluntária, por parte de Estados-membro, de uma parte de suas soberanias. Os domínios da economia, da defesa, da justiça e da polícia aos poucos se ajustam às exigências de uma futura Europa supranacional.

¹⁸ Laurent Mucchielli, “La France intègre toujours ses immigrés”, *Sciences Humaines*, février 1997, p. 13.

¹⁹ *Le Monde*, 25/6/1999, p. 7.

Globalização e culturalismos

Marcado pela expansão e pela prosperidade, o período dos “Trinta Gloriosos” (1947/75) possibilitou a livre circulação de bens e de pessoas, eliminando fronteiras e procurando mesclar identidades culturais. Por sua vez, a globalização da economia, abolindo as fronteiras comerciais, instaurou barreiras identitárias no interior e no exterior dos Estados.

Em um livro intitulado *The work of nations*, Robert Reich, professor da Universidade de Harvard, afirma:

Nós vivemos uma transformação que vai re-estruturar a economia e a política do próximo século. Não haverá mais nem tecnologia nacional, nem empresa nacional, pelo menos tal como nós entendemos por esse conceito. O que permanecerá no interior das fronteiras nacionais será o povo que nelas habita. Seus trunfos essenciais serão sua capacidade de produção e sua visão.²⁰

Se a globalização se traduz por uma certa homogeneização dos modos de comportamento, ela provoca, como reação legítima, reivindicações de diferentes tipos de identidades: nacional, étnica, religiosa. Na realidade,

(...) a globalização dissolve as fidelidades cívicas e nacionais, enquanto as relações transnacionais, das quais ela se alimenta, favorecem as múltiplas solidariedades portadoras de identidades de substituição. Desse modo, as forças de protesto – essas novas identidades – se insurgem contra essa nova ordem internacional que elas não conseguem dominar, as múltiplas engrenagens, frustração e ressentimento contribuindo, elas erguem contra esse movimento (...) o espectro dos fantasmas do passado.²¹

Um exemplo ilustrativo deste retorno aos valores nacionais encontra-se na chamada “exceção cultural francesa”. Em razão da crescente expansão da indústria cultural americana no continente europeu, a França, a partir dos Acordos do GATT (1993), vem adotando políticas protecionistas (imposição de quotas de filmes americanos, por exemplo), em nome de uma suposta identidade específica, ou seja, em nome de sua “exceção cultural”.

Aliás, neste contexto de globalização econômica e cultural, o antiamericanismo vem ganhando terreno na França, exprimindo-se, sob formas diversas, no retorno aos valores nacionais, que passa tanto pela crítica à adoção e à utilização de palavras em inglês pela língua francesa, como pelos

²⁰ Robert Reich, *The work of nations*, New York, Vintage books, 1991.

²¹ Daryush Shaye, “Le choc des civilisations”, *Esprit*, abril 1996, p. 41.

protestos, por parte dos agricultores, contra a entrada de certos produtos alimentícios americanos no mercado francês (os transgênicos, a carne com hormônio, etc.). As numerosas manifestações organizadas pelos pequenos agricultores pretendem, assim, reivindicar a defesa de uma agricultura camponesa, autenticamente francesa. Atacando diretamente os restaurantes McDonald's, símbolo por excelência da americanização do planeta, os pequenos agricultores do sul da França entendem, deste modo, exprimir explicitamente seu protesto contra a globalização da economia.

Na realidade, estas manifestações camponesas traduzem, como afirma o historiador Jacques Julliard,²² os temores atuais de toda uma sociedade: medo da uniformização, representado pela capacidade americana de impor, em toda parte, seus modelos de consumo, medo da globalização e de seus efeitos destruidores, como os envenenamentos alimentares. Ora, McDonald's e Coca-Cola simbolizam, de uma maneira estereotipada, todos estes espectros.

Sem dúvida, a expansão do mercado em escala mundial, acompanhada pelo poderio das empresas multinacionais e pela mobilidade, cada vez maior, do capital financeiro, limitou sensivelmente as possibilidades dos Estados de controlarem diretamente suas economias. Suas margens de manobra se reduzem sensivelmente no que se refere, por exemplo, às conseqüências sociais das decisões econômicas, tomadas em níveis mundiais (as demissões dos trabalhadores por parte das grandes empresas, geralmente nos momentos de fusões).

Comunidade cultural: uma idéia democrática?

Os recentes debates intelectuais sobre o multiculturalismo, ou seja, sobre o direito à diferença, tendem a assumir, na França, um caráter um tanto ou quanto polêmico. Remetem a duas noções relativamente antagônicas, que determinam linhas de clivagens ideológicas: por um lado, a de um “republicanismo assimilador”, por outro, a de uma “integração de pluralismos culturais”. Em outras palavras, duas concepções políticas encontram-se em jogo: uma primeira, que remete à idéia do “universalismo republicano”, e uma segunda, que se volta para a idéia de uma “ética da tolerância”.

Um rápido retorno à genealogia da fundação da nação moderna, ou seja, a Revolução de 1789, permite melhor compreensão do significado do mode-

²² *Le Nouvel Observateur*, 9/15 septembre 1999, p. 23.

lo universalista desta cultura. A França fundou sua singularidade histórica nos princípios universais dos direitos humanos. Ao longo de sua história, a nação se considera, conseqüentemente, depositária dos valores universais. Ato fundador por excelência, a Revolução Francesa elabora os contornos de uma nação, impregnando-a profundamente de símbolos e de ideais. A nação passa a se identificar ao Estado, à República e à idéia republicana. Assim, os princípios tidos por “universais” e transcendentais ao longo dos tempos a partir de 1789 se encarnam no real, ou seja, no ideal da República francesa. Variante da identidade nacional, o chamado “pacto republicano”, com seu modelo de integração, prevalece ao longo de dois séculos como uma das bases do universalismo da sua cultura. Dentro desta perspectiva de assimilação, ser francês significa reconhecer como igual o Outro, quando este renuncia à sua singularidade.

Graças às instituições republicanas – a escola laica, sobretudo – os imigrantes (europeus, na grande maioria), vindos para a França a partir do século XIX, passam a ser, progressivamente, apesar das vagas de violências e xenofobias, assimilados ao resto da população. Mas se os imigrantes europeus conseguiram, não sem dificuldade, integrar-se à sociedade francesa, os originários do norte e do resto da África, que chegaram após a descolonização, foram vítimas de discriminações. Em razão de uma lógica de exclusão, fruto de racismos e xenofobias, estes últimos são levados a se refugiar em comunidades étnicas.

Desde o século XIX, a integração dos imigrantes, questão central da identidade nacional, constitui tema de debates políticos, e em torno de conceitos como o de “assimilação”, de “inserção” e de “integração” foram elaboradas políticas sociais. A partir dos anos 1960, com a Guerra da Argélia, o termo “assimilação” passou a ser alvo de questionamentos. Este termo foi, aliás, recusado pela antropologia e pelo multiculturalismo, uma vez que assimilar significa querer impor as normas da cultura dominante a uma comunidade étnica.

A crise econômica das décadas de 1980/90 agrava as dificuldades de uma suposta assimilação dos chamados “imigrantes” (árabes e africanos, em grande maioria). Se as exclusões e as segregações transformaram os bairros periféricos, habitados por estas comunidades, em verdadeiros fenômenos sociais, novas políticas tentam redefinir o “pacto republicano” de integração. Em substituição à “assimilação”, o termo “inserção” pretende exprimir, a partir dos anos 1980, a vaga de um relativismo cultural, remetendo ao Estado so-

mente a função de garantir os direitos sociais (escolaridade, segurança social, emprego, etc.), deixando de lado, assim, o domínio cultural. Esta política de inserção é, no entanto, julgada pouco eficaz, correndo o risco de deixar desenvolver os integrismos religiosos.

A partir dos anos 1990, uma nova concepção, vista como condição essencial de uma cultura democrática, orienta a política de imigração: a que considera as particularidades culturais, sociais e morais de uma comunidade como necessárias a uma unidade política. O modelo universalista de integração parece ser, deste modo, suplantado por um modelo mais relativista de cultura, o da integração dentro da diversidade.

A este propósito, a produção intelectual francesa, mais recente, reflete sobre posições diversas. A primeira delas enfatiza o “universalismo republicano”,²³ a segunda, o “respeito das diferenças”.²⁴ Segundo os partidários do primeiro modelo, os problemas de integração seriam mais de ordem socioeconômica e menos étnicos. Para os adeptos da “democracia e integração pluralista”, o reconhecimento de culturas diferentes no interior do espaço nacional é visto como um fator de integração. Dentro desta perspectiva, uma democracia, para ser reconhecida, deve-se transformar em uma “democracia cultural que garanta os direitos universais e a diversidade das identidades individuais”.²⁵ No entanto, uma questão merece ser colocada: em nome dos direitos humanos, o direito à diferença deve-se cultivar em uma democracia?

Em outras palavras, a singularidade do debate francês sobre a política de imigração, a globalização econômica e a Europa federal, ou seja, sobre questões inerentes à própria identidade nacional, reveste-se de novas clivagens, não mais redutíveis a antagonismos políticos tradicionais, como esquerda e direita. Aliás, como bem observa o cientista político Zaki Laïdi, “nós assistimos ao nascimento de dois grandes imaginários que se substituem às grandes ideologias. O primeiro pode ser definido como o imaginário da ‘supressão’ e o segundo como o imaginário da ‘diferença’”.²⁶ O primeiro corresponde à abolição das fronteiras políticas, culturais e econômicas, dentro da perspectiva de uma ideologia ultraliberal; o segundo, redefinindo as

²³ Emmanuel Tood, *Le destin des immigrés*, Paris, Seuil, 1994.

²⁴ Michel Wieviorka (Org.), *Le multiculturalisme en débat*, Paris, La Découverte, 1996. Ver também Alain Touraine, *Pourrons-nous vivre ensemble? Egaux et différents*, Paris, Fayard, 1997.

²⁵ “Le destin des immigrés”, *Sciences Humaines*, juillet 1999.

²⁶ Zaki Laïdi, *Malaise dans la mondialisation*, Paris, Textuel, 1998, p. 45.

fronteiras, defende um protecionismo econômico e o retorno do Estado-nação. Portanto, as ambigüidades se fazem presentes no próprio interior destas clivagens. Embora acompanhada de uma certa generosidade, a ideologia dos direitos humanos contém uma grande parte de abstração e de idealismo, uma vez que insere um inevitável etnocentrismo. Quanto à ideologia republicana, de tendência “soberana”, ela dá margem a reivindicações tanto por parte de uma esquerda radical, como de uma extrema direita.

A Europa em busca de uma identidade

No contexto atual de globalização, marcado, paradoxalmente, pelo sentimento de eliminações de fronteiras e pela singularidade de espaços, ou seja, por esta consciência difusa de se pertencer, embora não pertencendo, a um mesmo e único mundo, as questões culturais tendem a ocupar uma posição central nos debates teóricos e políticos sobre a comunicação.

Neste processo de imbricação cada vez maior entre o planetário e o local, as mudanças introduzidas pela transnacionalização dos fluxos da mídia são, muitas vezes, apreendidas em termos de ameaça à autonomia e à integridade das “identidades nacionais”. Nos países europeus, em fase de uma maior integração política e em busca de uma certa identidade, esta ameaça se faz sentir em razão mesmo da extensão que adquiriu, nesse continente, a indústria de comunicação americana.

Em face do crescimento das tecnologias de comunicação (satélite e cabo) e da expansão das indústrias culturais (de vídeo e de filmes) americanas, a reação vem-se traduzindo através da adoção de políticas protecionistas, visando igualmente à regulamentação da expansão do sistema transnacional da mídia através da Europa. A política de integração européia pela comunicação (criação de “televisões sem fronteiras”), nesta última década, corresponde, pois, a uma tentativa defensiva de se construir uma identidade cultural especificamente européia.

Assim, no momento da assinatura dos Acordos do GATT (1993), estabelecendo a livre circulação de mercadorias, a França, em nome da sua “exceção cultural”, defende a necessidade da imposição de quotas de filmes americanos, a fim de proteger, da ameaça dos Estados Unidos, a indústria visual européia.

Em matéria de indústria de programas, todos os grandes países reconhecem a necessidade da preservação deste setor como vital para as culturas e as economias nacionais. No entanto,

(...) na França, a exceção cultural, acompanhada de seu dispositivo regulamentar é a causa [nacional] que encontra a maior adesão entre os partidos e as diferentes sensibilidades políticas. Na percepção dos demais países europeus, essa causa nacional nos dá [a] aparência de [um povo] idealista que, um dia, deverá se render diante de uma torrente devastadora representada pelos mercados [estrangeiros] do audiovisual.²⁷

A dimensão cultural deste dispositivo francês de regulamentação em matéria de comunicação corresponde, na realidade, a um particularismo nacional – a singularidade francesa – ostensivamente defensivo. Ora, como observa a pesquisadora em comunicação Ien Ang, “num sistema mundial cada vez mais integrado, uma identidade cultural não existe num estado puro e independente; cada identidade devendo, [pois] se definir em relação aos quadros culturais estabelecidos pelo próprio sistema mundial”.²⁸

Para além da constatação simplista, pois, em se tratando de uma mera evidência da hegemonia cultural americana nesta era planetária, é certo que o fenômeno da globalização vem gerando uma cultura mundial, que ultrapassa toda e qualquer cultura nacional.

No que concerne à idéia de um projeto cultural europeu (de integração pela mídia), as respectivas políticas nacionais evocam a necessidade estratégica de defesa e de promoção de uma “identidade européia” supranacional, através da qual as diferentes entidades nacionais estariam representadas.²⁹ No entanto, não se pode negar a existência de um certo fosso entre o voluntarismo dos dirigentes políticos, em termos de projetos de comunicação européia e o pouco entusiasmo manifestado pelos públicos nacionais, em parte ainda reticentes quanto à idéia de uma Europa federal. Convém lembrar que o Tratado de Maastricht (1992), visando à constituição futura de uma Europa política de instâncias supranacionais, cristalizou, na épo-

²⁷ (Tradução nossa). Monique Dagnaud, “Europe et exception culturelle”, *Le Monde*, 25/4/98.

²⁸ Ien Ang, “Culture et communication: pour une critique ethnographique de la consommation des médias dans le système médiatique transnational”, *Hermès – communication, cognition et politique*, Paris, Ed. du CNRS, n° 11/12, 1993, p. 86.

²⁹ *Ibid.*, p. 87.

ca da sua assinatura, sentimentos nacionais antieuropeus e reações culturais centrípetas.

Ora, sabemos que a chamada “identidade cultural” é, em grande parte, uma construção intelectual ideal, fundada a partir de elementos seletivos, reais e/ou imaginários. Privilegiando a noção de transnacionalidade, a política de integração europeia em matéria de comunicação não tenderia, na verdade, a ocultar outros fatores determinantes de uma identidade, como a língua e as tradições culturais (representadas pelas culturas nórdicas, latinas e, agora, eslavas), por exemplo? Do mesmo modo, a questão das relações de força, ou seja, a do próprio poder, não estaria sendo, em parte, camuflada nesta política de integração? Os grandes países (Alemanha, França e Itália), que possuem interesses e ambições comuns, não tenderiam a impor o seu próprio modelo de comunicação às pequenas nações da União Europeia?

À guisa de uma conclusão, que só pode ser provisória, algumas constatações merecem ser feitas:

1 – o paradoxo das identidades culturais reside na própria indeterminação de suas acepções e na fragilidade de suas construções. Uma identidade cultural constitui um coeficiente de crenças (a pertença a um povo, a um sistema de valor, a uma instituição), conseqüentemente, ela se submete, indiretamente, à ideologia;

2 – a globalização, fenômeno multidimensional por excelência, parece ter produzido, na Europa ocidental, um duplo efeito. Se, por um lado, a “mundialização” fortaleceu o sentimento de uma identidade comum europeia, em resposta à ameaça da expansão do modelo cultural americano, por outro, reativou sentimentos de retornos às origens e aos particularismos nacionais (a “exceção cultural francesa”, por exemplo);

3 – os europeus parecem, pouco a pouco, conscientizar-se da necessidade iminente de uma maior integração. A Europa constitui uma “comunidade de destino” (Edgar Morin), que ultrapassa e engloba a comunidade das nações. Neste sentido, a vocação da União Europeia é a de se estender em direção aos antigos países comunistas e a todos os demais Estados europeus, tendo já empreendido reformas democráticas. A entrada recente dos dez países da Europa do Leste na União, atesta, assim, a vitória de um voluntarismo que, em nome de um projeto de uma Europa unida, aos poucos vai rompendo particularismos e forjando uma idéia de identidade comum.